



Secretaria de  
Desenvolvimento  
Social



**SIMULADO ESPECIAL**

# **SEDES DF**

**Especialista em Desenvolvimento  
e Assistência Social  
Especialidade: Direito e Legislação  
Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso SEDES-DF, cargo de *Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social - Direito e Legislação*;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/s1WBeuU2mZLmGcFC9>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4uWHxGO>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para responder às questões 1 a 6:**

Algumas questões são centrais para se pensar a trajetória dos direitos humanos no Brasil a partir do fim do regime autoritário (1964-1985) e sua relação com os desafios colocados à consolidação da democracia no país. Considera-se pertinente contextualizar e esclarecer as dinâmicas e os desafios específicos dessas questões para se compreender melhor o papel desempenhado nesse período pelas tentativas de afirmação de padrões mais avançados de promoção e proteção aos direitos humanos na sociedade brasileira.

Em relação aos direitos humanos, a qualidade da democracia brasileira é muito baixa. Desde a retomada da democracia, em 1985, as violações, associadas especialmente ao direito à vida, têm sido constantemente relatadas por organismos governamentais, mais frequentemente, por não governamentais, domésticos e externos. A impunidade prevalece como norma e a punição dos violadores como exceção. Em vez da "força da lei" impera a "lei da força". A persistência desse padrão afeta diretamente a reconstrução democrática. Convivem, simultaneamente no Brasil, no plano político e cultural, formas não democráticas de mediação política e social que permeiam a sociedade e o Estado com práticas modernas de democracia (PANIZZA; BRITO, 1998). Essas formas não democráticas têm prevalecido, apesar dos significativos avanços políticos e institucionais verificados no país, desde a retomada do processo democrático em 1985. Avanços que não são poucos e que alteraram radicalmente a posição do Governo Federal no plano interno e externo.

Existem, porém, obstáculos estruturais que desafiam o Brasil em sua tentativa de obter sucesso na implementação desse novo padrão para os direitos humanos. Desde o retorno da democracia, observa-se uma nítida tensão entre o Estado federal que foi pró-ativo em relação a esses direitos humanos e os governos estaduais que têm falhado ao não garanti-los, tendo sido muitas vezes seus principais violadores, através de suas forças de segurança. Continuam intocadas as estruturas do regime autoritário nas polícias e no sistema de Justiça,

que resistem a mudanças institucionais. Existe, portanto, uma distância enorme entre a realidade doméstica e as responsabilidades internacionais, assumidas pelo Brasil nessa área.

Trata-se, pois, de um desafio que possui componentes políticos também complexos, que envolvem o próprio pacto federativo. Não é suficiente a chamada "vontade política" do Governo Federal, que acaba assumindo o maior ônus do problema perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional. Existem dificuldades institucionais e constitucionais conhecidas. A Constituição brasileira estabelece divisões rígidas entre o que o Governo Federal pode fazer e o que é da competência dos governos estaduais, como a organização da polícia. O Estado violador manifesta-se essencialmente nas diversas unidades da federação onde se concentra a maioria esmagadora das tropas policiais, cadeias e unidades de guarda.

Adaptado de

<<https://www.scielo.br/j/rk/a/LMpkgZcxkfc7qNKDD7M7gp/?format=html&lang=pt>>

1. De acordo com o texto, a consolidação da democracia no Brasil, após 1985, caracteriza-se por uma ambivalência que se manifesta na:
  - a) coexistência de avanços institucionais significativos com a persistência de mecanismos autoritários de mediação social.
  - b) prevalência da "força da lei" sobre a "lei da força", especialmente no que tange à atuação das forças de segurança estaduais.
  - c) harmonia absoluta entre as responsabilidades internacionais assumidas pelo país e a realidade vivida no plano doméstico.
  - d) superação definitiva das estruturas do regime autoritário no sistema de Justiça, embora as polícias ainda resistam.
  - e) centralização total das políticas de direitos humanos no Governo Federal, esvaziando a competência das unidades federativas.

2. Infere-se da leitura do terceiro e quarto parágrafos que a eficácia da promoção dos direitos humanos no Brasil é severamente limitada por:
- uma falha na redação da Constituição de 1988, que omitiu a organização das polícias.
  - um conflito de competências gerado por um pacto federativo que restringe a intervenção federal em esferas estaduais críticas.
  - uma falta de interesse dos organismos internacionais em monitorar a realidade das cadeias e unidades de guarda.
  - uma resistência do Governo Federal em assumir a responsabilidade pelas violações cometidas por forças de segurança.
  - uma inexistência de tensão política entre a esfera federal e as unidades da federação.
3. Assinale a frase gramaticalmente correta, considerando o contexto do texto.
- O autor escreveu um artigo acerca de desafios democráticos no Brasil.
  - Há cerca de 1985, o Brasil retomou seu processo de redemocratização.
  - O Governo Federal está a cerca de resolver os problemas das polícias estaduais.
  - Existem dificuldades constitucionais cerca de organização da polícia.
  - Os organismos internacionais estão acerca de dez quilômetros das fronteiras.
4. "A impunidade prevalece como norma e a punição dos violadores como exceção." Assinale a alternativa que reescreve a frase acima mantendo o sentido original e a correção gramatical.
- Prevalece a impunidade normalmente, enquanto a punição dos violadores são excepcionais.
  - A norma é a impunidade prevalecer, ao passo que a exceção é punirem-se os violadores.
  - Puni-se os violadores excepcionalmente, porquanto a impunidade prevalece normatizada.
  - Tanto a impunidade quanto a punição dos violadores prevalecem como normas excepcionais.
  - Impera a impunidade como regra, sendo que a punição dos violadores constituem a exceção.
5. A análise do trecho "*Trata-se, pois, de um desafio que possui componentes políticos também complexos...*", indica que:
- O sujeito da oração é "um desafio".
  - A oração está na voz passiva sintética.
  - O verbo deve ficar no singular, pois a partícula "se" é parte integrante do verbo.
  - O desafio pratica a ação de tratar a si mesmo (reflexivo).
  - O "se" é uma partícula expletiva que pode ser retirada sem prejuízo gramatical.
6. Considerando a norma-padrão, assinale a alternativa correta:
- As cadeias são os locais aonde se manifesta a violência do Estado violador.
  - O autor discute a trajetória dos direitos humanos, aonde os desafios são complexos.
  - As unidades da federação onde se concentram as tropas policiais resistem a mudanças.
  - Não se sabe aonde a impunidade prevalece como norma na sociedade brasileira.
  - O pacto federativo indica o caminho onde o Brasil deve se dirigir para evoluir.

**Texto para responder às questões 7 a 10:**

Felicidade afetiva é uma forma de ativismo. Como um ladrão tentando burlar o sistema de (in)segurança generalizado, o militante dos bons afetos é feliz principalmente quando as câmeras não captam seus movimentos. Ser feliz, mas feliz "de verdade", é uma forma de ativismo obscura, porque começa nas vísceras e ali ninguém vê. Como todo ativismo, ser feliz é redundante, porque fala do óbvio. Fala que é preciso viver de uma beleza mais simples e terrena, visceral como as minhocas, e a maioria de nós não quer ser tão prosaico e mundano. Na foto, meu presente preferido, um par de corações de madeira comprados em uma papelaria para dizer: fiquei feliz ao me lembrar de você.

Livia Milanez

Disponível em <<https://www.liviamilanez.com/2022/03/felicidade-afetiva-e-uma-forma-de.html>>

7. No texto, a analogia estabelecida entre o "militante dos bons afetos" e um "ladrão" fundamenta-se na ideia de que a felicidade autêntica:

- a) depende da transgressão de normas sociais de conduta para que possa ser plenamente vivenciada.
- b) constitui um ato de resistência que se realiza à margem da visibilidade e da espetacularização cotidiana.
- c) é um sentimento ilícito em um sistema que prioriza a insegurança generalizada em detrimento do bem-estar.
- d) exige o isolamento total do indivíduo, uma vez que o convívio social impede a manifestação de afetos sinceros.
- e) assemelha-se a um crime por subtrair dos outros a atenção que deveria ser voltada para problemas coletivos.

8. Considere as ocorrências do vocábulo **que** no trecho: "*Fala **que** é preciso viver de uma beleza mais simples e terrena, visceral como as minhocas, e a maioria de nós não quer ser tão prosaico e mundano.*" Sintática e morfológicamente, o termo destacado classifica-se como:

- a) pronome relativo, exercendo a função de sujeito da oração subordinada.
- b) conjunção integrante, introduzindo uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- c) conjunção subordinativa causal, indicando a razão pela qual se deve viver de forma simples.
- d) pronome relativo, retomando o substantivo "beleza" mencionado implicitamente.
- e) partícula expletiva, podendo ser retirada sem prejuízo à estrutura ou ao sentido do período.

9. Assinale a alternativa que mantém a correlação correta entre tempos e modos verbais, adaptando o trecho: "*fiquei feliz ao me lembrar de você*":

- a) Eu ficaria feliz se eu me lembrasse de você.
- b) Eu ficara feliz quando eu me lembraria de você.
- c) Eu fico feliz desde que eu me lembrara de você.
- d) Eu ficasse feliz caso eu me lembraria de você.
- e) Eu ficaria feliz se eu me lembraria de você.

10. Ao afirmar que "*a maioria de nós não quer ser tão prosaico e mundano*", a autora infere que:

- a) a sociedade busca uma felicidade baseada em ideais elevados e complexos, desprezando a simplicidade.
- b) o ser humano é naturalmente sofisticado e não consegue se adaptar à vida terrena.
- c) o ativismo afetivo é impopular por exigir sacrifícios financeiros dos militantes.
- d) a beleza das minhocas é considerada repulsiva pela maioria das pessoas informadas.
- e) a felicidade "de verdade" é inalcançável para quem vive em centros urbanos.

## **CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA MULHERES**

*Leandro Signori*

**11.** Em abril de 2026, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgaram o Atlas da Violência 2026. Os dados sobre violência e segurança pública no Brasil referem-se ao ano de 2024. De acordo com a pesquisa, o país atingiu a menor taxa de homicídios dos últimos 11 anos, com 42.590 homicídios em 2024, o equivalente a 20,1 mortes por 100 mil habitantes.

Com relação aos dados divulgados sobre o Distrito Federal (DF), assinale a alternativa incorreta.

- a) O DF está entre as unidades da Federação que registraram os menores níveis de violência letal em 2024.
- b) A taxa de homicídios de negros no DF é cerca de quatro vezes maior do que a de não-negros.
- c) As armas de fogo corresponderam a mais da metade dos homicídios ocorridos no DF em 2024.
- d) O DF registrou aumento na taxa de agravos de notificação relacionados à violência interpessoal contra idosos.
- e) A atuação integrada das forças de segurança pública é apontada como um dos fatores responsáveis pela redução dos homicídios na capital federal.

**12.** Com base na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autorizou o Poder Público a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, consideram-se com ênfase especial para a região os programas e os projetos relacionados às áreas de:

- a) saúde e educação.
- b) infraestrutura e geração de empregos.
- c) uso, parcelamento e ocupação do solo.
- d) habitação popular e segurança pública.
- e) assistência e seguridade social.

**13.** Considerando os aspectos históricos relacionados ao Distrito Federal, assinale a alternativa correta:

- a) No período da construção de Brasília, predominaram na construção da cidade migrantes do Sudeste e do estado limítrofe de Minas Gerais.
- b) A ideia de transferência da capital para o interior do país surgiu pela primeira vez com Dom Bosco, que vislumbrou de forma realística a forma e a localidade da cidade.
- c) A divisão do Distrito Federal em Regiões Administrativas já existia desde a inauguração de Brasília, em 1960.
- d) A Constituição de 1937, durante a Era Vargas, foi a responsável por instituir a primeira comissão oficial de estudos sobre a área da futura capital.
- e) Apesar das obras em ritmo acelerado, Brasília foi inaugurada de forma incompleta, com carência de habitações e outras estruturas importantes.

**LEGISLAÇÃO***Emerson Bruno*

**14.** Assinale a alternativa INCORRETA acerca da Ordem Social e da Seguridade Social na Lei Orgânica do Distrito Federal.

- a) A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- b) Em ação integrada com a União, o Distrito Federal assegurará os direitos relativos à educação, à saúde, à segurança pública, à alimentação, à cultura, à assistência social, ao meio ambiente equilibrado, ao lazer e ao desporto.
- c) Em caso de iminente perigo ou calamidade pública, compete ao Poder Público prover o atendimento das necessidades coletivas urgentes e transitórias, podendo, para esse fim, requisitar propriedade particular, observado o disposto na Constituição Federal.
- d) O Distrito Federal promoverá, nos termos da lei, o planejamento e o desenvolvimento de ações baseadas nos objetivos previstos nos arts. 194 e 195 da Constituição Federal.
- e) O dever do Poder Público em relação à seguridade social exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade, em razão do caráter público das ações destinadas à saúde, à previdência e à assistência social.

**15.** Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos deveres do servidor previstos na Lei Complementar nº 840/2011.

- a) O servidor somente deverá comunicar à autoridade superior as irregularidades que lhe causem prejuízo pessoal.
- b) O servidor deve manter-se atualizado nos conhecimentos exigidos para o exercício de suas atribuições.
- c) É dever do servidor agir com perícia, prudência e diligência no exercício de suas atribuições.
- d) Constitui dever do servidor exercer com zelo e dedicação suas atribuições.
- e) Constitui dever do servidor observar as normas legais e regulamentares no exercício de suas atribuições.

**16.** Assinale a alternativa INCORRETA acerca da responsabilidade do servidor prevista na Lei Complementar nº 840/2011.

- a) O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- b) As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.
- c) A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, desde que a decisão tenha transitado em julgado.
- d) A responsabilidade administrativa perante a administração pública exclui a competência do Tribunal de Contas prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal.
- e) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro.

**17.** Assinale a alternativa INCORRETA acerca da sindicância e do processo disciplinar previstos na Lei Complementar nº 840/2011.

- a) Diante de indícios de infração disciplinar ou de representação, a autoridade administrativa competente deve determinar a instauração de sindicância ou processo disciplinar para apurar os fatos e, se for o caso, aplicar a sanção disciplinar.
- b) A representação sobre infração disciplinar cometida por servidor deve ser formulada por escrito e conter a identificação e o endereço do denunciante.
- c) Em caso de infração disciplinar noticiada pela imprensa, nas redes sociais ou em correspondências escritas, a autoridade competente deverá instaurar imediatamente sindicância ou processo disciplinar, independentemente da existência de indícios mínimos de ocorrência dos fatos.
- d) Não é objeto de apuração em sindicância ou processo disciplinar o fato que já tenha sido objeto de julgamento pelo Poder Judiciário em sentença penal transitada em julgado que reconheceu a inexistência do fato ou a negativa da autoria, salvo se existente infração disciplinar residual.
- e) No caso de denúncias anônimas, a administração pública pode iniciar reservadamente investigações para coleta de outros meios de prova necessários para a instauração de sindicância ou processo disciplinar.

## **NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS**

*Jonathan Roitman*

**18.** Diante de uma situação de acidente, a prioridade para todos os envolvidos é a avaliação geral da cena. Essa avaliação da cena significa:

- a) Determinar a segurança do local para que o serviço de emergência médica possa entrar; e com cuidado considerar a natureza da situação garantindo desta forma a segurança do socorrista e da vítima.
- b) Determinar a segurança do local para que o serviço de emergência médica possa entrar; e

apressadamente considerar a natureza da situação garantindo desta forma a segurança da vítima.

- c) Determinar o estado das vítimas, antes de se preocupar com os bens materiais ou com terceiros não vitimados.
- d) Determinar a segurança do socorrista, porém mesmo constatando riscos, interceder imediatamente para salvar a vítima.
- e) Determinar a insegurança do local para que o serviço de emergência médica possa entrar; e com cuidado considerar a natureza da situação garantindo desta forma a segurança do socorrista e da vítima.

**19.** Vítimas de acidentes podem apresentar luxações, distensões, entorses e até fraturas. Sobre o tema, é correto que:

- a) A luxação consiste nos ossos saindo de sua posição e retornado ao seu lugar imediatamente, sem necessidade de intervenção.
- b) Nas entorses leves, ou de grau III, um ligamento se rompe por completo. A vítima provavelmente sentirá dor aguda com qualquer movimento da articulação e, por isso, pode não ser capaz de movimentá-la. Haverá também um inchaço generalizado na articulação (particularmente em entorses do tornozelo, cotovelo, dedos da mão, joelhos e dedos do pé).
- c) A distensão, também chamada de estiramento, é necessariamente o rompimento de um músculo ou de um tendão. Podemos ter diferentes graus de lesão, podendo haver uma distensão leve, moderada e até grave.
- d) Em relação ao estiramento, os sintomas incluem dor, inchaço, espasmos musculares e até limitação de movimento. O tratamento será basicamente a movimentação, quente no primeiro momento (num segundo, sem inflamação podemos usar o gelo) e abaixamento do membro afetado.
- e) Além de dor, outros sintomas de fratura são a crepitação, inchaço e rigidez.

20. Em relações às hemorragias externas, temos 3 tipos. Analise os tipos e suas características e assinale a alternativa que aponta a ordem correta.

1. A hemorragia capilar
2. A hemorragia venosa
3. A hemorragia arterial

( ) É causada por abrasões que lesionam pequenos vasos localizados abaixo da superfície da pele. Geralmente, essa hemorragia é diminuída ou até mesmo interrompida antes da chegada da equipe do pré-hospitalar.

( ) Provém de camadas mais profundas do tecido e é, em geral, controlada mediante uma pressão direta moderada no local. De modo geral, não é uma ameaça à vida, a menos que a lesão seja grave ou a perda sanguínea não seja controlada.

( ) Ocasiona o tipo de perda sanguínea mais importante e mais difícil de ser controlada. É caracterizada por sangue na cor vermelho intenso que jorra da ferida. Mesmo uma ferida perfurante pequena e profunda pode produzir hemorragia com risco à vida.

- a) 1, 3 e 2
- b) 2, 3 e 1
- c) 2, 1 e 3
- d) 1, 2 e 3
- e) 3, 2 e 1

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MARCOS NORMATIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Anna Valéria Andrade*

21. De acordo com o artigo 2º da NOB/SUAS (2012) são objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), exceto:

- a) consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva e garantem os direitos dos usuários.
- b) estabelecer as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.
- c) Manter a proteção social nos níveis federal, estadual e no Distrito Federal.
- d) definir os níveis de gestão, de acordo com estágios de organização da gestão e ofertas de serviços pactuados nacionalmente; orientar-se pelo princípio da unidade e regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades quanto à oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social.
- e) afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos como funções da política de assistência social.

**22.** Com base no artigo 3º da NOB/SUAS (2012) o princípio organizativo da intersectorialidade no âmbito do SUAS corresponde à/ao:

- a) integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais.
- b) todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão.
- c) a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida.
- d) oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- e) respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

**23.** De acordo com o art. 4º da NOB/SUAS (2012), são seguranças afiançadas pelo SUAS, exceto:

- a) escuta profissional qualificada.
- b) informação.
- c) referência.
- d) concessão de programas assistenciais.
- e) concessão de benefícios.

**24.** De acordo com o art. 5º da NOB/SUAS (2012), são diretrizes estruturantes do SUAS:

- a) defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais.
- b) defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda.
- c) oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais.
- d) matricialidade sociofamiliar.
- e) garantia aos usuários do direito às informações do respectivo histórico de atendimentos, devidamente registrados nos prontuários do SUAS.

**25.** De acordo com o art. 6º da NOB/SUAS (2012), são princípios éticos do SUAS, exceto:

- a) defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda.
- b) oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais.
- c) controle social e participação popular.
- d) prevalência, no âmbito do SUAS, de ações articuladas e integradas, para garantir a integralidade da proteção socioassistencial aos usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios.
- e) garantia aos usuários do direito às informações do respectivo histórico de atendimentos, devidamente registrados nos prontuários do SUAS.

**DIREITOS, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E  
VULNERABILIDADES SOCIAIS**

*Ricardo Torques*

**26.** À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- a) A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente será remunerada.
- b) Nenhuma criança ou adolescente menor de 18 (dezoito) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- c) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
- d) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, ainda se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
- e) As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes poderão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

**27.** Acerca do Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade
- b) Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, inclusive em caso de emergência.
- c) À pessoa idosa internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial.
- d) Admite-se a exigência de comparecimento pessoal da pessoa idosa enferma perante os órgãos públicos, quando não houver interesse predominantemente público.
- e) Considera-se violência contra a pessoa idosa qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico, apenas.

**28.** De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as locadoras de veículos são obrigadas a oferecer

- a) 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 10 (dez) veículos de sua frota
- b) 5 (cinco) veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota.
- c) todos os veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência.
- d) metade de seus veículos adaptados para uso de pessoa com deficiência.
- e) 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota

**PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E  
INSTRUMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DO  
DF**

*Jonathan Roitman*

**29.** De acordo com as disposições do Decreto nº 33.329/2011, ao tratar da rede de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), assinale a alternativa correta.

- a) A rede de equipamentos públicos de SAN é composta exclusivamente por restaurantes comunitários, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.
- b) A finalidade principal da rede de equipamentos públicos de SAN é promover a geração de renda para agricultores familiares.
- c) A implementação dos equipamentos públicos de SAN deverá ocorrer prioritariamente em áreas com maior potencial turístico e econômico.
- d) As normas preveem que a rede de equipamentos públicos de SAN seja composta apenas pelos equipamentos expressamente listados no decreto.
- e) A rede de equipamentos públicos de SAN tem como finalidade principal reduzir os índices de insegurança alimentar da população e ampliar o acesso físico e financeiro a uma alimentação adequada e saudável, respeitando as diversidades culturais.

**30.** Conforme disposições constantes da Lei Distrital nº 7.009/2021, que institui o Programa de Provimento Alimentar Direto em Caráter Emergencial (Cartão Prato Cheio), assinale a alternativa correta.

- a) O Cartão Prato Cheio é destinado exclusivamente às famílias com renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo.
- b) O prazo para utilização do crédito do Cartão Prato Cheio, contado da concessão, será de exatamente 12 meses.
- c) O crédito do Cartão Prato Cheio pode ser utilizado para aquisição de qualquer produto comercializado em estabelecimento alimentício credenciado.
- d) A coordenação, a gestão e a operacionalização do Cartão Prato Cheio competem ao Banco de Brasília.
- e) As concessões do benefício dependem de disponibilidade orçamentária específica.

**31.** Ao regulamentar a Lei nº 7.009/2021, o Decreto nº 42.873/2021 estabeleceu critérios para concessão do Programa Cartão Prato Cheio. Considerando exclusivamente as disposições do decreto, assinale a alternativa correta.

- a) Possuir renda familiar per capita superior a meio salário-mínimo constitui requisito para concessão do benefício.
- b) Estar inscrito exclusivamente no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal é requisito obrigatório.
- c) Residir em qualquer unidade da Federação é suficiente para recebimento do benefício.
- d) Estar em situação de insegurança alimentar constitui um dos critérios para concessão do programa.
- e) A inclusão do CPF é exigida apenas para o titular do benefício.

**DIREITO CIVIL***Paulo Sousa*

**32.** Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A lei nova que estabelece disposições gerais revoga a lei anterior quando ambas disciplinam a mesma matéria.
- b) A lei revogada se restaura automaticamente quando a lei revogadora perde vigência.
- c) A lei temporária perde vigência com o fim do prazo nela previsto, independentemente de revogação.
- d) A correção de texto de lei já em vigor faz reiniciar integralmente o prazo de vacância da norma.
- e) A lei brasileira começa a vigorar no exterior quarenta e cinco dias após sua publicação oficial.

**33.** Acerca da pessoa natural, da capacidade civil e da emancipação, assinale a alternativa correta.

- a) A personalidade civil da pessoa natural começa com o registro de nascimento, ficando sem proteção jurídica o nascituro.
- b) A emancipação voluntária concedida pelos pais depende de sentença judicial, ainda que ambos concordem com o ato.
- c) O menor com dezesseis anos completos pode ser emancipado pelos pais por instrumento público.
- d) A incapacidade absoluta alcança os menores de dezoito anos, salvo quando houver casamento ou exercício de emprego público.
- e) A emancipação legal por colação de grau em curso superior depende de confirmação judicial para produzir efeitos civis.

**34.** Acerca do pagamento e da extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento feito por terceiro não interessado extingue a dívida e sempre o sub-roga nos direitos do credor.
- b) O credor é obrigado a receber prestação diversa da pactuada se ela tiver valor econômico equivalente.

c) O pagamento feito cientemente a credor incapaz é sempre válido, ainda que não demonstrado proveito.

d) O terceiro interessado que paga a dívida sub-roga-se de pleno direito nos direitos do credor.

e) O devedor pode imputar livremente o pagamento, ainda que uma das dívidas não esteja vencida.

**35.** Acerca dos defeitos e da invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) O erro acidental anula o negócio quando recair sobre qualidade secundária do objeto contratado.
- b) A simulação torna nulo o negócio aparente, podendo subsistir o dissimulado se válido.
- c) O dolo de terceiro anula o negócio ainda que a parte beneficiada não soubesse nem devesse saber dele.
- d) O estado de perigo ocorre quando alguém contrata por inexperiência, assumindo prestação desproporcional.
- e) A coação exercida por terceiro preserva sempre o negócio, cabendo apenas perdas e danos contra o coator.

**36.** Acerca da classificação dos bens públicos e privados, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens públicos dominicais são absolutamente inalienáveis enquanto pertencerem a pessoa jurídica de direito público.
- b) Os bens de uso comum do povo podem ser usucapidos por particular quando houver posse exclusiva e prolongada.
- c) Os bens pertencentes às autarquias são privados, pois integram patrimônio de pessoa jurídica administrativa descentralizada.
- d) Os bens de uso especial podem ser alienados sem desafetação, desde que demonstrado interesse público na venda.
- e) Os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Ricardo Torques*

- 37.** Acerca do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.
- a) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
  - b) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória perderá a eficácia durante o período de suspensão do processo.
  - c) A tutela de evidência pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
  - d) A tutela provisória, quando antecedente, será requerida ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
  - e) A tutela provisória é marcada pelo traço da irrevogabilidade.
- 38.** De acordo com o Código de Processo Civil, quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes, estaremos diante de um
- a) litisconsórcio unitário.
  - b) litisconsórcio simples.
  - c) litisconsórcio necessário.
  - d) litisconsórcio facultativo.
  - e) litisconsórcio multitudinário.
- 39.** De acordo com o Código de Processo Civil, a reconvenção
- a) deve ser apresentada em peça apartada da contestação.
  - b) não pode ser proposta contra terceiro.
  - c) deve manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
  - d) não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
  - e) Não terá prosseguimento caso o autor desista da ação principal.

**40.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil, para impugnar decisão que julgar de forma antecipada e parcial o mérito do processo, será cabível

- a) agravo interno.
- b) apelação.
- c) agravo retido.
- d) recurso ordinário.
- e) agravo de instrumento.

**41.** Conforme o Código de Processo Civil, caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até

- a) 5 (cinco) dias.
- b) 10 (dez) dias.
- c) 15 (quinze) dias.
- d) 20 (vinte) dias.
- e) 30 (trinta).

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

**42.** A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) Normas de eficácia plena dependem de lei integradora para produzir seus efeitos essenciais.
- b) Normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade direta, imediata e integral desde a promulgação.
- c) Normas de eficácia contida produzem efeitos desde logo, embora possam sofrer restrição posterior.
- d) Normas programáticas não possuem força jurídica e vinculam apenas a atuação política do legislador.
- e) Normas constitucionais exauridas são sempre inconstitucionais quando deixam de produzir efeitos.

**43.** Considerando os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A soberania e a independência nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- b) A dignidade da pessoa humana e a erradicação da pobreza são princípios das relações internacionais.
- c) A construção de sociedade livre, justa e solidária é fundamento da República Federativa do Brasil.
- d) O repúdio ao terrorismo e ao racismo integra o rol de fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.
- e) O pluralismo político é fundamento da República, e a redução das desigualdades é objetivo fundamental.

**44.** Acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- a) São facultativos o alistamento e o voto nas hipóteses indicadas no art. 14 da CF/1988.
- b) O voto é facultativo para todos os brasileiros naturalizados, ainda que maiores de dezoito anos.
- c) Os conscritos, durante o serviço militar obrigatório, podem alistar-se, mas não podem concorrer.
- d) A iniciativa popular federal exige assinatura de cinco por cento do eleitorado nacional.
- e) O referendo é consulta prévia ao povo, enquanto o plebiscito é consulta posterior ao ato estatal.

**45.** Lei federal vedou aos servidores titulares de cargo efetivo de determinada agência reguladora o exercício de outra atividade profissional, inclusive a gestão operacional de empresa e a direção político-partidária. À luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) Inconstitucional, porque lei ordinária não pode disciplinar deveres funcionais de servidores de autarquia.

b) Inconstitucional, porque viola a liberdade profissional e dispensa análise do interesse público envolvido.

c) Constitucional apenas se a vedação incidir sobre servidores comissionados sem vínculo efetivo anterior.

d) Constitucional, pois preserva a moralidade e a eficiência na atuação de servidores de agências reguladoras.

e) Constitucional apenas quando editada por medida provisória, por envolver regime jurídico de servidores.

**46.** No que se refere ao controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.

a) O controle de constitucionalidade brasileiro é exclusivamente concentrado e exercido pelo STF.

b) No controle difuso, a questão constitucional surge de forma incidental, com efeitos inter partes em regra.

c) A ação declaratória de constitucionalidade pode ter por objeto lei municipal anterior à CF/1988.

d) A ADI perante o STF é meio próprio para controlar lei municipal em face da Constituição Federal.

e) A ADPF dispensa subsidiariedade quando houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Rodrigo Bet*

**47.** De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, são elementos essenciais do ato administrativo, exceto:

- a) competência.
- b) finalidade.
- c) forma.
- d) motivo.
- e) conveniência.

**48.** De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, acerca da delegação e da avocação de competência, é correto afirmar que:

- a) a delegação somente pode ocorrer quando houver relação de hierarquia entre os órgãos ou agentes envolvidos.
- b) a avocação é regra geral e pode ser realizada livremente, ainda que sem justificativa.
- c) a delegação pode abranger competência exclusiva, atos normativos e recursos administrativos.
- d) a avocação consiste em atrair para si competência de subordinado, sendo medida excepcional, temporária e dependente de motivos relevantes devidamente justificados.
- e) a delegação e a avocação são vedadas em qualquer hipótese no Direito Administrativo.

**49.** De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, acerca do poder hierárquico, é correto afirmar que:

- a) o poder hierárquico permite que a Administração aplique sanções a particulares que não possuem vínculo específico com o Poder Público.
- b) o poder hierárquico autoriza a Administração a distribuir e escalonar funções entre seus órgãos e agentes, bem como ordenar, coordenar, controlar e corrigir a atuação dos subordinados.
- c) o poder hierárquico é exercido apenas pelo Poder Judiciário, em razão da relação de subordinação entre juízes e tribunais.
- d) o dever de obediência do subordinado é absoluto, ainda que a ordem superior seja manifestamente ilegal.
- e) a avocação e a delegação de competências são incompatíveis com o poder hierárquico.

**50.** De acordo com a doutrina do Direito Administrativo, acerca da distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária, é correto afirmar que:

- a) a polícia administrativa incide sobre pessoas envolvidas no cometimento de ilícitos penais, enquanto a polícia judiciária incide sobre bens, direitos e atividades.
- b) a polícia administrativa atua, em regra, de forma preventiva, incidindo sobre bens, direitos e atividades, enquanto a polícia judiciária atua predominantemente de forma repressiva, voltada à apuração de ilícitos penais.
- c) a polícia judiciária é exercida por diversos órgãos administrativos com competências fiscalizatórias, como entidades de trânsito e fiscalização profissional.
- d) a polícia administrativa sempre ocorre no âmbito de processo judicial, pois depende da intervenção do Poder Judiciário.
- e) a polícia administrativa e a polícia judiciária possuem o mesmo objeto, distinguindo-se apenas pelo nome atribuído pela legislação.

**51.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a referida Lei aplica-se de forma primária aos seguintes objetos, exceto:

- a) alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- b) compra, inclusive por encomenda.
- c) locação.
- d) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- e) contratos de operação de crédito e gestão da dívida pública.

**52.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a modalidade concorrência admite todos os critérios de julgamento abaixo, exceto:

- a) maior lance.
- b) menor preço.
- c) melhor técnica ou conteúdo artístico.
- d) técnica e preço.
- e) maior retorno econômico.

**DIREITO FINANCEIRO***Leandro Ravyelle*

**53.** Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgue os itens a seguir.

- I. A LDO tem, entre suas funções constitucionais, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, e não a elaboração do Plano Plurianual.*
- II. A LDO disporá sobre equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.*
- III. O Anexo de Riscos Fiscais, que acompanha a LDO, conterá demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.*

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens I e II estão certos.
- b) Somente os itens I e III estão certos.
- c) Somente o item II está certo.
- d) Somente os itens II e III estão certos.
- e) Somente o item III está certo.

**54.** A chamada Regra de Ouro, prevista no art. 167 da Constituição Federal de 1988, constitui limitação relevante ao endividamento público, impedindo que o ente financie despesas correntes ordinárias por meio de operações de crédito, salvo hipótese constitucionalmente autorizada.

Com base nessa regra, assinale a alternativa correta.

- a) O montante das operações de crédito não poderá exceder o das despesas correntes, sem possibilidade de exceção.
- b) O montante das operações de crédito não poderá exceder o das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

c) O montante das receitas correntes não poderá ser inferior ao das despesas de capital, salvo autorização do Tribunal de Contas competente.

d) O montante das operações de crédito não poderá exceder o das amortizações da dívida, admitida exceção por decreto do Poder Executivo.

e) O montante das receitas de capital não poderá exceder o das despesas correntes, salvo aprovação por maioria simples do Poder Legislativo.

**55.** Acerca dos princípios orçamentários aplicáveis à Lei Orçamentária Anual, julgue os itens a seguir.

*I. O princípio da exclusividade impede que a LOA contenha matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as autorizações para créditos suplementares e operações de crédito.*

*II. O princípio da universalidade determina que todas as receitas e despesas devem integrar a LOA, inclusive as decorrentes de operações de crédito.*

*III. O princípio da anualidade estabelece que o orçamento deve ser elaborado para período determinado, que, no Brasil, corresponde ao exercício financeiro coincidente com o ano civil.*

Assinale a opção correta.

- a) Somente o item I está certo.
- b) Somente os itens I e II estão certos.
- c) Somente os itens I e III estão certos.
- d) Somente os itens II e III estão certos.
- e) Os itens I, II e III estão certos.

**56.** Por lei publicada em 15/10/X1, o Poder Executivo de determinado estado foi autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 20 milhões, destinado à criação de nova ação orçamentária na Secretaria de Saúde. O crédito foi aberto por decreto ainda em X1. Até 31/12/X1, foram executados R\$ 13 milhões, permanecendo saldo não utilizado de R\$ 7 milhões.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta quanto à vigência e à reabertura desse crédito no exercício X2.

- a) Créditos especiais possuem vigência limitada ao exercício em que são abertos e não podem ser reabertos no exercício seguinte.
- b) Somente créditos suplementares autorizados nos últimos quatro meses do exercício podem ser reabertos, até o limite do saldo remanescente.
- c) O crédito especial somente poderá ser reaberto em X2 mediante nova lei específica, sendo vedada sua reabertura por decreto do Poder Executivo.
- d) Por ter sido autorizado nos últimos quatro meses do exercício X1, o crédito especial poderá ser reaberto em X2, por decreto do Poder Executivo, até o limite do saldo de R\$ 7 milhões, incorporando-se ao orçamento do exercício seguinte.
- e) A reabertura do crédito especial depende de autorização prévia do Tribunal de Contas, ainda que haja saldo remanescente e autorização nos últimos quatro meses do exercício.

**57.** O conselho profissional Alfa editou resolução criando programa permanente de assistência educacional a seus empregados, com pagamento mensal de auxílio-qualificação e reembolso de cursos de pós-graduação. O benefício foi instituído por prazo indeterminado e gerou aumento de despesa corrente por período superior a dois exercícios, mas o ato normativo não apresentou estimativa do impacto orçamentário-financeiro, não demonstrou a origem dos recursos para custeio e não indicou compensação permanente.

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- a) O ato é válido, desde que haja saldo financeiro suficiente no exercício de sua edição.
- b) O ato pode ser regularizado apenas com autorização posterior do plenário do conselho, dispensada estimativa de impacto.
- c) A despesa caracteriza-se como obrigatória de caráter continuado, mas independe de compensação por se tratar de capacitação de pessoal.
- d) A irregularidade limita-se à ausência de dotação específica na LOA, sem violação à LRF.
- e) O ato viola regras normativas da LRF, por criar despesa obrigatória de caráter continuado sem estimativa de impacto, demonstração da origem dos recursos e compensação permanente.

**TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS***Antônio Daud*

**58.** Acerca dos princípios e das bases legais para o tratamento de dados pessoais previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta.

- a) O consentimento do titular é a única base legal que autoriza o tratamento de dados pessoais, sendo imprescindível para qualquer hipótese de tratamento de dados.
- b) O princípio da finalidade impõe que os dados pessoais coletados sejam tratados apenas para as finalidades específicas, explícitas e informadas ao titular, vedado o tratamento posterior para finalidades incompatíveis.
- c) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, por existir legislação específica que regula o acesso à informação no âmbito estatal.
- d) O encarregado é o responsável pelo tratamento de dados pessoais e responde diretamente pelas decisões relacionadas ao tratamento, equiparando-se ao controlador para fins de responsabilização.
- e) Os dados sensíveis definidos na LGPD podem ser tratados pelo Poder Público sem qualquer restrição especial, desde que o tratamento seja necessário ao exercício de políticas públicas previstas em lei.

**59.** Acerca dos dados sensíveis e dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta.

- a) O direito de portabilidade dos dados pessoais permite ao titular solicitar a transferência de seus dados de um controlador para outro, mas somente quando os dados tenham sido coletados com base no consentimento.
- b) O titular de dados tem o direito de solicitar a eliminação de seus dados pessoais a qualquer momento, sem qualquer limitação, inclusive quando o tratamento é realizado com base no cumprimento de obrigação legal.

c) O titular que constatar que o tratamento de seus dados está sendo realizado de forma ilícita pode solicitar ao controlador a eliminação dos dados ou o bloqueio até a solução da situação.

d) O direito à informação sobre o compartilhamento de dados pessoais somente é exigível do controlador quanto ao compartilhamento com órgãos públicos, não abrangendo o compartilhamento com entidades privadas.

e) A LGPD estabelece, como dados pessoais sensíveis, aqueles relativos à raça, etnia, saúde, vida sexual e números de documentos do cidadão, a exemplo do CPF

**60.** Acerca da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e sua articulação com a proteção de dados pessoais no setor público, assinale a alternativa correta.

a) A transparência ativa obriga os órgãos públicos a disponibilizarem informações de interesse geral na internet apenas quando instados por requerimento dos cidadãos, não havendo obrigação de publicação espontânea.

b) O prazo para o órgão público responder a pedido de acesso à informação é de vinte dias, prorrogável por mais dez dias mediante justificativa.

c) As informações sigilosas classificadas como ultrassecretas têm prazo máximo de restrição de acesso de vinte e cinco anos, renovável por igual período sucessivamente.

d) Poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais nos casos de interesse público e geral preponderante.

e) Em resguardo aos dados pessoais, é cabível a restrição de acesso a documentos que versem sobre violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos

## Discursiva

Uma autarquia federal firmou contrato administrativo com a empresa "Limpe Bem Serviços Ltda." para a prestação de serviços de limpeza e conservação de suas instalações. O ajuste exigia que os funcionários da contratada prestassem os serviços diariamente nas dependências da autarquia, sem o compartilhamento desses recursos humanos com outros contratos da empresa. Após dois anos de prestação regular dos serviços, a empresa "Limpe Bem" entrou em grave crise financeira e deixou de pagar os salários, as verbas rescisórias e de recolher as contribuições previdenciárias de seus empregados. Diante da inadimplência, um grupo de trabalhadores prejudicados ajuizou uma ação trabalhista em face da empresa contratada e, também, da autarquia federal contratante, exigindo o pagamento de todos os débitos.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. A classificação do regime de execução contratual descrito e a regra geral da Lei 14.133/2021 sobre a transferência de responsabilidade por encargos trabalhistas e previdenciários à Administração Pública.
2. A distinção legal quanto à natureza da responsabilidade da Administração Pública em relação aos encargos previdenciários e aos encargos trabalhistas na modalidade contratual específica do caso.
3. O requisito indispensável, consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e na legislação de regência, para viabilizar a condenação do ente público ao pagamento dos débitos trabalhistas deixados pela empresa contratada.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---